

**Conselho de Arquitetura e Urbanismo do
Rio Grande do Sul - CAU/RS**

Relatório dos auditores independentes

**Demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2020 e 2019**

Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Rio Grande do Sul - CAU/RS

Demonstrações contábeis

Referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis

Balanco patrimonial

Balanco financeiro

Balanco orçamentário

Demonstração das variações patrimoniais

Demonstração dos fluxos de caixa

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

OBS: O relatório será incluído oportunamente, entretanto os modelos podem ser consultados por meio da NBCTA 700 do Conselho Federal de Contabilidade.



NBCTA700.pdf

1. Informações gerais

O Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Rio Grande do Sul - CAU/RS, criado pela Lei nº 12.378/2010 tendo como principais atividades orientar, disciplinar e fiscalizar o exercício da profissão de arquitetura e urbanismo.

O CAU/RS é uma autarquia vinculada à Administração Indireta dotada de personalidade jurídica de direito público, com autonomia administrativa e financeira, cujas atividades são custeadas exclusivamente pelas próprias rendas, tendo sua estrutura e organização, estabelecidos no Regimento Geral do CAU aprovado pela Resolução CAU/BR nº 139/2017 e Regimento Interno do CAU/RS.

O Conselho está localizado na rua Dona Laura 320, 14º e 15º andares, Porto Alegre/RS.

A emissão destas demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria em 26 de fevereiro de 2021.

2. Apresentação das demonstrações contábeis

2.1. Base de preparação

As Demonstrações Contábeis estão fundamentadas na Lei nº 4.320/64 e em consonância com o Manual de Contabilidade aplicado ao Setor Público, aprovada pela Portaria Conjunta STN/SOF nº 01/14, e Portaria STN nº 700 de 10/12/2014, 8ª edição, e Normas Brasileiras de Contabilidade aplicadas ao setor público conforme NBC TSP ESTRUTURA CONCEITUAL, NBC TSP 07, NBC TSP 11 e NBC TSP 17.

As demonstrações contábeis estão apresentadas em Reais, que também é a moeda funcional da Entidade.

2.2. Base de mensuração

As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos seguintes itens:

- Provisões para férias de empregados/funcionários;
- Depreciações e amortizações do ativo imobilizado e intangível;
- Provisões para contingências, sempre que constituídas; e
- Provisão para devedores duvidosos, sempre que constituída;

2.3. Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações contábeis estão apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Entidade, sendo que os valores foram arredondados, de forma comparativa com as demonstrações contábeis do exercício anterior.

2.4. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Ativos e passivos significativos sujeitos a estimativas e premissas incluem, principalmente, o cálculo das depreciações sobre o ativo imobilizado (*Nota 3.4*), a estimativa para perdas em função do risco de crédito de contribuintes (*Nota 3.2.1*) e a provisão para riscos trabalhistas e cíveis (*Nota 3.8*). Os valores definitivos das transações envolvendo essas estimativas somente são conhecidos por ocasião da sua realização ou liquidação.

3. Políticas Contábeis

Dentre as principais práticas adotadas para a elaboração das demonstrações contábeis, aplicadas de forma uniforme com o exercício anterior, exceto no que tange às provisões para devedores duvidosos (subitens 3.2.1 e 3.2.2), ressaltam-se:

3.1. Caixa e equivalente de caixa

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. Incluem caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras realizáveis em até 90 dias da data original do título ou considerados de liquidez imediata ou conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor, os quais são registrados pelos valores de custo, acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização.

3.2. Créditos de anuidades

Os créditos de anuidades relativas ao exercício do balanço são reconhecidos ao início do exercício em conta específica, pelo valor estimado em proposta orçamentária referente à previsão de receitas dos profissionais e empresas ativos no banco de dados do CAU/BR. Após o encerramento do exercício, o saldo não recebido é transferido para outra conta do ativo, representando créditos de anuidades de exercícios anteriores.

3.2.1 Ajuste para Perdas de Devedores Duvidosos

- a) **Implantação de política contábil em 2017** - Em atendimento aos prazos normativos de implantação emanados pela Secretaria do Tesouro Nacional, por meio da Portaria STN nº 539/2015, anexo único (Plano de Implantação dos Procedimentos Contábeis Patrimoniais - PIPCP), e pelo Conselho Federal de Contabilidade, mediante a Norma Brasileira de Contabilidade, NBC TSP Estrutura Conceitual, de 23/09/2016 (Mensuração de Ativos e Passivos nas Demonstrações Contábeis), o CAU/RS procedeu ao registro contábil de Ajuste para Perdas de Devedores Duvidosos ao encerramento do exercício de 2017.
- b) **Base de mensuração** - No exercício de 2017 foi utilizada a média ponderada dos percentuais de recebimento de anuidades de pessoas físicas e jurídicas nos últimos três exercícios anteriores ao deste balanço, aplicada sobre o estoque acumulado de créditos oriundos de anuidades não recebidas relativas aos exercícios de 2012 (ano de início das atividades do Conselho) a 2017. A partir do ano de 2018, o critério adotado

foi o de média simples dos percentuais de recebimento de anuidades de pessoas físicas e jurídicas dos três anos anteriores. São calculados um percentual para Perdas de Devedores Duvidosos de pessoas físicas e um para pessoas jurídicas sendo aplicados sobre os respectivos saldos a receber de anuidades de exercícios anteriores ao final do exercício.

- c) **Julgamento pela aplicação** - Tratando-se de implantação de política e a alteração do critério no ano de 2018, decidiu-se aplicar critério proposto pelo CAU/BR por meio da Orientação Técnica Conjunta nº 01/2017, plausível à realidade do CAU/RS, considerando-se o princípio contábil do conservadorismo ou prudência ao tempo em que se utiliza o comportamento histórico de recebimentos em detrimento de estimativas de recebimentos em ações de cobrança.

3.3 Estoques

Os estoques são registrados ao custo de aquisição, que não supera os valores de mercado ou valor líquido de realização. Os estoques estão representados exclusivamente pelo almoxarifado de materiais de uso e consumo em expediente.

3.4. Imobilizado

Avaliado ao custo de aquisição e reduzido pela depreciação acumulada e pelas perdas por “impairment”, quando aplicável.

Os direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades da Entidade.

O CAU/RS segue integralmente a Orientação Técnica Conjunta nº 01/2017 expedida pelo CAU/BR, quanto aos procedimentos na aquisição, baixa e na depreciação/amortização dos seus bens patrimoniais.

A depreciação é calculada pelo método linear, para distribuir seu valor de custo ao longo da vida útil estimada, como segue:

	<u>Anos</u>	<u>Valor residual</u>
Móveis e utensílios	10	10%
Veículos	5	10%
Máquinas e equipamentos	10	10%
Equipamentos de processamento de dados	5	10%
Sistemas de processamento de dados	5	10%
Instalações	10	10%

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício.

Os ganhos e as perdas em alienações, sempre que aplicável, são apurados comparando-se o valor da venda com o valor residual contábil e são reconhecidos na execução orçamentária.

3.5. Provisões para perdas por impairment em ativos não financeiros

Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para a verificação de impairment sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por impairment é reconhecida quando o

valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, o qual representa o maior valor entre o valor justo de um ativo menos seus custos de venda e o seu valor em uso.

3.6. Outros ativos e passivos

Outros ativos são apresentados ao valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidos. Quando requerido, os elementos do ativo decorrentes de operações de longo prazo são ajustados a valor presente, sendo os demais ajustados quando houver efeito relevante.

Outros passivos são demonstrados pelo valor de realização e compreendem as obrigações com terceiros resultantes de operações. Quando requerido, os elementos do passivo decorrentes de operações de longo prazo são ajustados a valor presente, sendo os demais ajustados quando houver efeito relevante.

3.7. Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores e as outras contas a pagar são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal das atividades, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

Elas são reconhecidas ao valor da fatura correspondente.

3.8. Provisões para riscos cíveis e trabalhistas

Reconhecidas quando a Entidade possui uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados, sendo provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e o valor possa ser estimado com segurança. As provisões são quantificadas ao valor presente do desembolso esperado para liquidar a obrigação, sendo utilizada a taxa adequada de desconto de acordo com os riscos relacionados ao passivo.

São atualizadas até as datas dos balanços pelo montante estimado das perdas prováveis, observadas suas naturezas e apoiadas na opinião dos assessores legais da Entidade. Os fundamentos e a natureza das provisões para riscos cíveis e trabalhistas estão descritos na nota explicativa nº 13.

Implantação de política contábil em 2017 - Em atendimento aos prazos normativos de implantação emanados pela Secretaria do Tesouro Nacional, por meio da Portaria STN nº 539/2015, anexo único (Plano de Implantação dos Procedimentos Contábeis Patrimoniais - PIPCP), e pelo Conselho Federal de Contabilidade, mediante a Norma Brasileira de Contabilidade, NBC TSP Estrutura Conceitual, de 23/09/2016 (Mensuração de Ativos e Passivos nas Demonstrações Contábeis), o CAU/RS procedeu ao registro contábil de Provisões para Contingências Cíveis e Trabalhistas ao encerramento do exercício de 2017.

Base de mensuração - O CAU/RS adota a Orientação Técnica Conjunta nº 01/2017 expedida pelo CAU/BR, em consonância com as instruções contidas no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP).

As contingências que compõem o passivo circulante e/ou passivo não circulante, se aplicável, observa os critérios do estudo de possibilidade de perdas cuja elaboração é

de responsabilidade da Assessoria Jurídica do Conselho.

As ações judiciais trabalhistas ou cíveis com estimativa de valor confiável e que apresentam uma situação de saída de recurso provável são tratadas como provisão no passivo circulante e/ou passivo não circulante. As ações que não possuem estimativa confiável ou que não demonstram probabilidade de saída de recursos são tratadas como passivos contingentes, integrando as notas explicativas às demonstrações contábeis.

3.9. Balanço Patrimonial

O Balanço Patrimonial, estruturado em Ativo, Passivo e Patrimônio Líquido, evidencia qualitativa e quantitativamente a situação patrimonial da Entidade.

A classificação dos elementos patrimoniais considera a segregação em “circulante” e “não circulante”, com base em seus atributos de conversibilidade e exigibilidade.

3.10. Balanço Orçamentário

O Balanço Orçamentário evidencia as receitas e as despesas orçamentárias, detalhadas em níveis relevantes de análise, confrontando o orçamento inicial e as suas alterações com a execução, demonstrando o resultado orçamentário.

O Balanço Orçamentário é estruturado de forma a evidenciar a integração entre o planejamento e a execução orçamentária.

3.11. Balanço Financeiro

O Balanço Financeiro evidencia as receitas e despesas orçamentárias, bem como os ingressos e dispêndios extraorçamentários, conjugados com os saldos de caixa do exercício anterior e os que se transferem para o início do exercício seguinte.

3.12. Demonstração das variações patrimoniais

A Demonstração das Variações Patrimoniais evidencia as variações verificadas no patrimônio e indica o resultado patrimonial do exercício.

As variações quantitativas são decorrentes de transações no setor público que aumentam ou diminuem o patrimônio líquido.

O resultado patrimonial do período é apurado pelo confronto entre as variações quantitativas aumentativas e diminutivas.

3.13. Demonstração do fluxo de caixa

A Demonstração dos Fluxos de Caixa permite aos usuários projetar cenários de fluxos futuros de caixa e elaborar análise sobre eventuais mudanças em torno da capacidade de manutenção do regular financiamento dos serviços.

4. Gestão de risco financeiro

4.1. Considerações gerais e políticas

As operações financeiras da Entidade são realizadas por intermédio da área financeira de acordo com a estratégia previamente aprovada pela alta governança.

As estratégias de gerenciamento de riscos da Entidade e os efeitos nas demonstrações financeiras podem ser resumidos como segue:

a) Risco de Crédito

O risco de crédito decorre da possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento pelo devedor ou contraparte de suas obrigações financeiras nos termos pactuados. Essa exposição está relevantemente associada às aplicações financeiras mantidas pela Entidade, conforme Nota Explicativa nº 5, bem como aos valores a receber (anuidades), descritos na Nota Explicativa nº 6.

O entendimento da Administração é de que o risco de crédito está substancialmente mitigado:

i) com relação às aplicações financeiras, os recursos estão preponderantemente aplicados em instituições financeiras de primeira linha, cujos prazos de vencimento são de curto prazo; e

ii) com relação ao contas a receber os valores são de anuidades a receber dos profissionais arquitetos e urbanistas, sendo que para o exercício da profissão as anuidades precisam estar adimplentes.

Adicionalmente, não há nenhum indicativo de redução ao valor recuperável desses ativos.

b) Risco de mercado

O risco de mercado consiste na possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da mudança nos preços de mercado de instrumentos financeiros e compreende os riscos de flutuação da moeda, de taxa de juros e de preços. Essa exposição está relevantemente associada às taxas pactuadas com instituições financeiras das aplicações financeiras mantidas pela Entidade, conforme apresentada na Nota Explicativa nº 4. O entendimento da Administração é de que o risco de taxa de juros está substancialmente mitigado considerando a aplicação em produtos de renda fixa com taxas atreladas à variação do DI, com insignificante margem de alteração.

c) Risco de liquidez

O risco de liquidez está associado à eventual falta de recursos para honrar os compromissos assumidos, em função do descasamento entre ativos e passivos. A previsão de fluxo de caixa é realizada pela administração da Entidade por meio do departamento financeiro.

A administração monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez da Entidade para assegurar que ela tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais.

5. Caixa e equivalentes de caixa

Descrição	2020	2019
Caixa	-	-
Banco conta movimento	233.167	67.353
Aplicações financeiras	20.181.126	19.203.583
Total	20.414.293	19.270.936

Os valores em conta corrente referem-se a arrecadação do dia 31/12/2020, dia no qual o CAU/RS não teve expediente não sendo possível realizar a aplicação financeira desses valores.

As aplicações financeiras estão representadas por Certificados de Depósitos Bancários e títulos de renda fixa emitidos e comprometidos pelas instituições financeiras de primeira linha, cujo rendimento está atrelado à variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), e possuem liquidez imediata. A receita gerada por estes investimentos é registrada como receita no resultado corrente.

6. Créditos a Receber

Contas a Receber de Anuidades	2020	2019
Pessoa Física - 2012	19.755	36.405
Pessoa Física - 2013	34.746	73.020
Pessoa Física - 2014	82.549	128.178
Pessoa Física - 2015	163.244	225.534
Pessoa Física - 2016	306.971	401.479
Pessoa Física - 2017	530.275	692.696
Pessoa Física - 2018	758.691	980.960
Pessoa Física - 2019	1.221.309	1.693.965
Pessoa Física - 2020	2.021.933	-
Pessoa Jurídica - 2012	121.014	121.481
Pessoa Jurídica - 2013	155.810	156.632
Pessoa Jurídica - 2014	213.317	215.106
Pessoa Jurídica - 2015	283.084	287.944
Pessoa Jurídica - 2016	387.890	399.766
Pessoa Jurídica - 2017	503.959	539.764
Pessoa Jurídica - 2018	605.020	653.093
Pessoa Jurídica - 2019	729.636	804.664
Pessoa Jurídica - 2020	946.653	-
Dívida Ativa - Pessoa Física	345.748	166.535
(-) Provisão para Devedores Duvidosos - PF	(3.023.727)	(1.967.316)
(-) Provisão para Devedores Duvidosos - PJ	(3.167.488)	(2.068.880)
Total	3.240.388	3.541.027

Abertura por vencimento dos valores vencidos e a vencer:

Descrição	2020	2019
A vencer	-	-
Vencidos:		
Até 30 dias	-	-
De 31 a 60 dias	-	-
De 61 a 90 dias	-	-
De 91 a 180 dias	-	-
De 181 a 360 dias	2.968.586	2.498.629
Mais de 360 dias	6.463.017	5.078.594
Perda estimada com créditos de liquidação duvidosa	(6.191.215)	(4.036.196)
Total	3.240.388	3.541.027

A Entidade registra a provisão para perda estimada para créditos de liquidação duvidosa, após análise individualizada.

7. Demais Créditos e Valores a Curto Prazo

7.1. Impostos

Descrição	Consolidado	
	2020	2019
ICMS a recuperar	-	-
PIS e COFINS a recuperar	-	-
IPI a recuperar	-	-
IRPJ e CSLL a recuperar	-	-
INSS a recuperar	12.537	8.497
Outros impostos a recuperar	417	417
Total	12.954	8.913
Circulante	12.954	8.913
Não circulante	-	-
Total	12.954	8.913

O valor de INSS a recuperar refere-se ao pagamento de salário maternidade a uma funcionária do Conselho que foi compensado na guia de INSS paga em janeiro de 2021.

7.2 Demais Créditos a Curto Prazo

Descrição	Consolidado	
	2020	2019
Vale Transporte a apropriar	-	8.148
Vale Alimentação a apropriar	-	-
Plano de Saúde a apropriar	-	35.112
Adiantamento de Salários	46.711	45.146
Outros Créditos de curto prazo	1.894	373
Total	48.605	88.779

8. Estoques

Descrição	2020		2019	
Materiais Elétricos e de Telefonia	3.195		3.665	
Materiais de Limpeza e de Higiene	7.209		7.023	
Materiais para Manutenção de Bens Móveis	-		-	
Material de Escritório	40.038		43.254	
Material para Manutenção de Bens Imóveis	203		241	
Materiais de Copa e Cozinha	3.597		3.019	
Materiais de Informática	459		496	
Gêneros Alimentícios	2.153		5.149	
Total	56.853		62.845	

9. Variações Patrimoniais Diminutivas Pagas Antecipadamente

Descrição	Consolidado	
	2020	2019
Prêmios de Seguros a Apropriar	25.078	23.535
Assinaturas a Apropriar	-	299
Licença de Software a Apropriar	9.501	25.761
Total	34.579	49.595

10. Imobilizado

A Entidade acompanha anualmente as vidas úteis dos ativos imobilizados e não foram identificadas diferenças significativas durante o ano.

Descrição	Custo	Depreciação Acumulada	Líquido	
			2020	2019
Salas	5.687.440	(1.390.452)	4.296.988	4.501.735
Instalações	21.202	(9.546)	11.656	14.670
Veículos	1.040.299	(677.174)	363.125	518.995
Móveis e utensílios	520.053	(265.241)	254.812	301.435
Máquinas e Equipamentos	308.431	(113.054)	195.377	208.051
Equipamentos de Processamento de Dados	1.029.676	(588.513)	441.163	466.142
Obras em andamento	220.570	-	220.570	82.682
Total	8.827.671	(3.043.980)	5.783.691	6.093.710

A seguir apresentamos a movimentação do ativo imobilizado:

Movimentação do ativo imobilizado:

Descrição	31.12.2019	Adições	Baixas	Depreciação	31.12.2020
Salas	4.501.735	-	-	(204.748)	4.296.988
Instalações	14.671	-	-	(3.015)	11.656
Veículos	518.995	-	-	(155.870)	363.125
Móveis e utensílios	301.435	-	-	(46.623)	254.812
Máquinas e Equipamentos	208.051	14.363	-	(27.037)	195.377
Equipamentos de Processamento de Dados	466.142	99.386	-	(124.366)	441.163
Obras em andamento	82.682	137.888	-	-	220.570
Total	6.093.711	251.638	0	(561.658)	5.783.691

As aquisições em 2020 foram em sua maioria substituições programadas de equipamentos de processamento de dados e foi iniciada a obra de reforma da loja que servirá para atendimento aos arquitetos e urbanistas com previsão de término para o primeiro semestre de 2021.

11. Intangível

Descrição	2019	2019
Sistema de Processamento de Dados	95.475	95.475
(-) Amortização Acumulada	(70.811)	(62.488)
Total	24.665	32.987

12. Fornecedores a pagar

Descrição	2020	2019
Prestação de serviço	319.705	216.627
Fornecedor de materiais	3.576	165.634
Encargos Patronais e Folha de Pagamento	152.756	139.958
Outros fornecedores	23.024	-
Total	499.062	522.219

Abaixo o aging list dos fornecedores em 31 de dezembro de 2020 e 2019:

Descrição	2020	2019
A vencer	499.062	522.219
Vencidos:		
Até 30 dias	-	-
De 31 a 60 dias	-	-
De 61 a 90 dias	-	-
De 91 a 180 dias	-	-
Total	499.062	522.219

13. Pessoal a Pagar

Referem-se as apropriações mensais para férias, 13º salário e seus respectivos encargos, sendo contabilizadas conforme relatório fornecido pela empresa terceirizada responsável pela folha de pagamento do CAU/RS. Em 2019, as apropriações mensais foram transferidas do grupo 2.1.7.1.1 para o grupo 2.1.1.1.2 para enquadramento correto conforme o MCASP.

Descrição	2020	2019
Férias	689.065	559.946
INSS s/ Provisão de Férias	144.265	123.148
FGTS s/ Provisão de Férias	54.958	44.781
PIS s/ Provisão de Férias	6.870	5.597
Total	895.157	500.630

14. Demais Obrigações a Curto Prazo

A entidade possuía, em 31/12/2020, saldos de valores restituíveis conforme segue:

Descrição	2020	2019
INSS retido na folha de pagamento	33.907	30.964
IRRF da folha de pagamento	114.216	92.320
ISS retido de prestadores de serviço	2.096	5.653
IRPJ/CSLL/PIS/COFINS retidos de prestadores de serviço	11	-
Garantia de contrato - Maier Contabilidade e Auditoria LTDA	4.932	4.826
Garantia de contrato - Contratum Serviços Administrativos Eireli	7.473	-
Outros Valores Restituíveis	530	349
Total	163.164	134.112

15. Provisão para riscos processuais

A Entidade é parte em determinados processos oriundos do curso normal do seu funcionamento, para os quais foram constituídas provisões baseadas na estimativa de seus consultores legais. As principais informações desses processos, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019, estão assim representadas:

Natureza	Descrição	2020	2019
Trabalhista	José Milton This	10.000	10.000
Trabalhista	Angelita Oliveira de Souza	10.000	-
Trabalhista	Antônio Jorge dos Santos Prestes	14.755	-
Trabalhista	Marilene da Rosa Silva Freitas	10.000	-
Trabalhista	Luana Borges da Silveira	15.000	15.000
Trabalhista	Secretaria de Inspeção do Trabalho/RS	2.100	2.100
Cível	Pompeo Madeira Stands Promocionais LTDA	3.200	3.200
Cível	Glae Eva Macalós	390	390
Total		65.445	30.690

A movimentação da provisão no exercício de 2020 está demonstrada a seguir:

Natureza	2019	Adições	Reversões	Pagamentos	Atualização	2020
Trabalhistas	27.100	34.755	-	-	-	61.855
Cíveis	13.085	-	(9.495)	-	-	3.590
Total	40.185	34.755	(9.495)	-	-	65.445

a. Natureza das contingências

A Entidade é parte envolvida em processos trabalhistas e cíveis, e está discutindo essas questões tanto na esfera administrativa como na judicial. As respectivas provisões para contingências foram constituídas considerando a estimativa feita pelos assessores jurídicos, para os processos cuja probabilidade de perda nos respectivos desfechos foi avaliada como provável. A Administração acredita que a

resolução destas questões não produzirá efeito significativamente diferente do montante provisionado.

As contingências trabalhistas referem-se a processos movidos por ex-funcionários vinculados a verbas decorrentes da relação de emprego e a vários pleitos indenizatórios.

b. Perdas possíveis, não provisionadas no balanço

Em 31 de dezembro de 2020, além dos valores anteriormente mencionados, não foram computados nos montantes acima o valor de R\$ 7.396,42 decorrente de causas trabalhistas e cíveis, cuja avaliação dos assessores legais da Entidade aponta para uma probabilidade possível de perda, razão pela qual a Administração não registrou esse montante nas demonstrações contábeis.

16. Patrimônio Líquido

Descrição	2020	2019
Superávit ou Déficit do Exercício	233.444	204.096
Superávit ou Déficit Acumulado de Exercícios Anteriores	27.690.040	27.485.944
Ajustes de Exercícios Anteriores	-	(3.655)
Patrimônio Líquido	27.923.485	27.485.944

17. Partes relacionadas

A Entidade em 31 de dezembro de 2020 não possui coligadas, controladas ou subsidiárias integrais, dessa forma, não há transações com partes relacionadas dessa natureza.

Não há qualquer remuneração ou contraprestação aos Conselheiros e Dirigentes do CAU/RS, tratando-se de cargos honoríficos remunerados através de diárias e ajudas de custos, em conformidade com o artigo 40, da Lei nº 12.378/2010.

No exercício de 2020 não houve concessão de benefícios de longo prazo pós-emprego, plano de aposentadoria e de rescisão de contrato de trabalho.

18. Despesas por natureza

<u>Classificação por natureza</u>	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Depreciação e amortização	569.981	545.795
Despesas com pessoal	8.547.263	8.079.373
Despesas com contratação de terceiros	1.785.424	3.550.824
Material de consumo	86.635	226.120
Diárias e locomoção	299.747	880.261
Impostos, taxas e contribuições	7.550	6.289
Provisão para devedores duvidosos	2.155.019	755.995
Transferências	1.305.680	1.697.835
Outras receitas e despesas	290.617	610.599
Total	15.047.916	16.353.091

19. Resultados orçamentário, patrimonial e financeiro

<u>Resultado Patrimonial</u>	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Varição Patrimonial Aumentativa (Receita)	15.281.360	16.557.188
(-) Varição Patrimonial Diminutiva (Despesa)	(15.047.916)	(16.353.091)
(=) Superávit Patrimonial apurado	233.444	204.096
<u>Resultado Orçamentário</u>	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Receita Orçamentária Arrecadada	13.407.245	15.324.505
(-) Despesas Empenhadas	(12.202.095)	(15.298.744)
(=) Superávit Orçamentário Apurado	1.205.150	25.761
<u>Resultado Financeiro</u>	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Saldo Disponível Apurado	20.414.293	19.270.936
(-) Passivo Financeiro	(1.806.975)	(1.772.536)
(=) Superávit Financeiro Apurado	18.607.319	17.498.400

20. Seguros

A Entidade adota uma política de seguros que considera, principalmente, a concentração de riscos e sua relevância, contratados em montantes considerados suficientes pela Administração, levando em consideração a natureza de suas atividades e a orientação de seus consultores de seguros. A cobertura dos seguros, em valores de 31 de dezembro de 2020, é assim demonstrada:

Item	Tipo de cobertura	Importância segurada
Complexo das atividades	Quaisquer danos materiais a edificações, instalações e máquinas e equipamentos	3.830.585
Veículos	Incêndio, roubo e colisão para veículos	-
Total		<u>3.830.585</u>

A importância segurada dos seguros dos 7 veículos segurados do CAU/RS é de 100% do valor de mercado referenciado.

21. Relacionamento com os auditores independentes

A contratação dos auditores independentes deu-se pelo Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil - CAU/BR, órgão central de controle dos CAU/UF, não sendo contratados outros serviços ao não ser os trabalhos de auditoria das demonstrações contábeis.

.

*

*

*